

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.565 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 2002

José Jorge: plano para aumentar oferta de energia deve ser cumprido

O senador José Jorge, ex-ministro de Minas e Energia, acredita que serão alcançadas as metas estabelecidas no Programa Estratégico de Aumento da Oferta de Energia Elétrica. O programa prevê investimentos de R\$ 43 bilhões até 2004, sendo 77% da iniciativa privada e o restante de recursos públicos.

PÁGINA 2

Unilegis inicia atividades com curso de Direito Legislativo

Duas turmas, com o total de 140 alunos, frequentarão, a partir de 9 de outubro, o curso de Direito Legislativo, que dará início às atividades de ensino da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Os alunos são funcionários do Senado, da Câmara, Banco Central e outros órgãos da administração pública.

PÁGINA 3

Valadares quer suspender o comércio de transgênicos

Aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto de Antonio Carlos Valadares que suspende até 2004 a produção e comércio de organismos geneticamente modificados, os chamados transgênicos. A proposta alcança produtos nacionais e importados.

PÁGINA 2

Encontro debate integração nas fronteiras do Mercosul

Parlamentares, diplomatas e especialistas analisam, em Foz do Iguaçu, questões relacionadas com saúde, trabalho e comércio. Senado apóia realização do fórum



A cidade de Foz do Iguaçu (PR) sedia nesta semana o Primeiro Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça, que vai analisar temas relacionados com saúde, trabalho e comércio nas zonas de fronteira dos países integrantes do Mercosul. O encontro foi sugerido pelo senador Roberto Requião, presidente da representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, e conta com apoio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.



Idéia de promover o Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça é de Roberto Requião

PÁGINA 3

“Overbooking” de empresa aérea pode ter punição maior



Projeto de Renan Calheiros que está pronto para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania estabelece punições mais severas para a companhia aérea que confirmar número de reservas superior ao de assentos existentes em determinado voo, prática conhecida como *overbooking*. De acordo com a proposta, o passageiro prejudicado terá direito a receber compensação pelo transtorno.



Renan Calheiros quer deixar clara a obrigação de compensar passageiro prejudicado

PÁGINA 4

Prática de *overbooking* gera transtornos nos aeroportos

Setor elétrico deverá ter R\$ 43 bi, diz José Jorge

Senador acredita que serão alcançadas metas de investimentos estabelecidas pelo governo federal até 2004. Segundo ele, recursos contribuirão para tornar setor mais eficiente, de forma a permitir auto-suficiência no abastecimento de energia

Metas estabelecidas no Programa Estratégico de Aumento da Oferta de Energia Elétrica do governo federal deverão ser alcançadas, com investimentos previstos de R\$ 43 bilhões até 2004, afirmou o Senador José Jorge (PFL-PE). Do total de recursos, 77% são oriundos da iniciativa privada e 23% são públicos, atendendo ao aumento do consumo projetado para o período, que inclui a margem

de segurança fixada quando o senador esteve à frente do Ministério de Minas e Energia (MME), entre março de 2001 e março deste ano.

A construção de novas hidrelétricas e termelétricas deve garantir, segundo José Jorge, a geração de aproximadamente 20 mil megawatts (MW) nos próximos cinco anos, o que corresponde a um



Para José Jorge, queda nos investimentos foi uma das principais causas do racionamento

crescimento médio anual de 4 mil MW. A estimativa está baseada no programa do governo que projeta um aumento de 16.717 MW entre 2002 e 2004 para essas fontes de energia.

Para se ter idéia do que isso representa, o senador lembrou que até o ano passado a potência instalada era de 72.810 MW, considerando todas as fontes nacio-

nais de energia. Desse total, 82% correspondem à participação das hidrelétricas (61.555 MW), outros 9% das termelétricas (6.944 MW) e o restante está dividido entre diferentes fontes alternativas de energia, como a eólica e a biomassa, e a gerada pela usina nuclear de Angra dos Reis (RJ).

José Jorge responsabilizou a queda nos investimentos no setor elétrico como

uma das principais causas do racionamento ocorrido em 2001. Ele afirmou que ainda falta ao setor atingir um grau de eficiência que sustente a auto-suficiência no abastecimento de energia no país. Mas isso, na avaliação do senador, não compromete o trabalho de atração de novos investimentos realizado pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

Projeto suspende comércio de transgênicos

Projeto que suspende até 2004 qualquer ação que legalize a produção e comercialização de organismos geneticamente modificados, também chamados de transgênicos, aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De iniciativa do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a matéria será relatada por Sebastião Rocha (PDT-AP).

Apresentado no ano 2000, o projeto alcança tanto os transgênicos nacionais quanto os importados. A proposta tem por base a preocupação desencadeada pelos movimentos sociais que enxergam na evolução daqueles organismos questões que envolvem o meio ambiente, o desemprego rural, a saúde pública e o futuro da Humanidade.

Na justificativa do projeto, Va-



Rosevelt Pinheiro

Valadares argumenta que conhecimento científico ainda não garante segurança para liberação comercial

ladares diz que as pesquisas e estudos científicos realizados não produzem um nível de segurança nem sequer razoável para a completa liberação desses organismos. Ele argumenta ainda mencionando a reação europeia contra a importação de produtos transgênicos cultivados em larga escala nos Estados Unidos e no Canadá.

O senador afirmou que a liberação em escala comercial, já ocor-

rida em alguns países, demonstra que não existe nenhum benefício real para o consumidor. Segundo ele, "ninguém pode garantir que os transgênicos sejam mais baratos, mais nutritivos ou mais gostosos", não podendo ser considerados mais seguros que os alimentos convencionais. Valadares acrescentou que a liberação dos transgênicos significaria assumir riscos que podem ser evitados.

Os números finais do racionamento

O Ministério de Minas e Energia divulgou recentemente os números finais do racionamento de energia elétrica no Brasil, que vigorou entre 1º de junho de 2001 e 1º de março deste ano.

A economia total foi de **38.775 milhões** de megawatts/hora (MW/h). Este valor corresponde ao consumo previsto para o estado de Rondônia nos próximos **16 anos**, ou a geração de energia na Usina Nuclear de Angra II (RJ), a plena carga, por **quatro anos**.



Veja a economia proporcionada pelo racionamento:

(em milhões de MW/h)

Norte	2,082
Nordeste	6,241
Sudeste / Centro-Oeste	30,432



O Jornal do Senado publica perguntas e sugestões dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. A desta edição foi veiculada pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço A Voz do Cidadão - 0800 661 2211 - e autorizando a publicação.

Cledemilson do Nascimento, de Alagoinha (PB): Quais os benefícios que a Alca traria para o país? Temo que o acordo possa levar o Brasil a uma crise semelhante à da Argentina.

O senador **Arlindo Porto (PTB-MG)** responde: Se aprovado dentro de regras claras, o primeiro benefício que poderíamos ter seria a possibilidade de aumentar as nossas exportações. Exportando mais, teríamos a entrada de dólares no país favorecendo o aquecimento da economia e a geração de empregos. Também considero importante a colocação de nossos produtos no mercado externo. A marca brasileira estaria sendo implantada em outros países, logicamente com menos burocracia para melhorar a relação internacional.



Célio Azevedo

Alca poderá gerar aumento de exportações e aquecimento da economia, diz Arlindo Porto

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
 1º Vice-Presidente: Edison Lobão
 2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
 1º Secretário: Carlos Wilson
 2º Secretário: Antero Paes de Barros
 3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
 Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
 Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
 Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
 Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
 Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
 Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
 Arte: Cirilo Quartim
 Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 20º andar
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

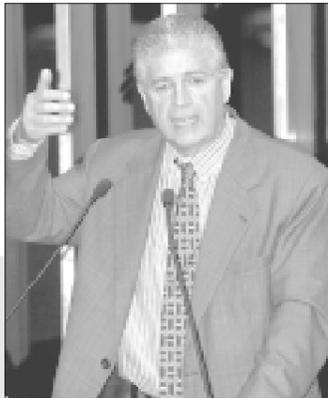
Mercosul põe em debate integração fronteiriça

Fórum promovido pela Comissão Parlamentar Conjunta da instituição discutirá, nesta quinta e sexta-feira, na cidade de Foz do Iguaçu, questões relacionadas com saúde, trabalho e comércio nos países que integram o mercado comum

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul promove nesta quinta e sexta-feira, na cidade de Foz do Iguaçu (PR), o Primeiro Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça, envolvendo temas sobre saúde, trabalho e comércio nos países que formam o bloco comercial – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

A idéia do encontro partiu do senador Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da representação brasileira da comissão parlamentar conjunta. O fórum, que tem o apoio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, e da prefeitura de Foz do Iguaçu, será aberto pelo senador, às 9h de quinta-feira, no Centro Internacional de Convenções e Eventos do Hotel Internacional Foz.

Às 10h30, será apresentado o primeiro painel, denominado União Européia, que mostrará a experiência da Europa na integração fronteiriça. A exposição está a cargo do professor Ney Arruda, mestre em Teoria da Filosofia do Direito da Universidade Estadual de Santa Catarina (UESC).



Evento foi proposto pelo presidente da representação brasileira da comissão, Roberto Requião

O fórum, que reunirá parlamentares dos países integrantes do Mercosul, diplomatas e especialistas, terá prosseguimento com painel, no mesmo dia, em torno da saúde pública na região de fronteira, a ser presidido pelo deputado dr. Rosinha (PT-PR). Dentro desse painel será feita uma explanação sobre a exploração sexual de menores na região.

Outro painel marcado para quinta-feira, e cuja mesa será presidida pelo deputado Osmar

Serraglio (PMDB-PR), abordará o trabalho e questões ligadas à imigração na região fronteiriça.

Na sexta-feira, a partir das 9h, será desenvolvido painel sobre assuntos ligados ao comércio, tendo como presidente da mesa o senador Arlindo Porto (PTB-MG). O fórum também contará com a participação dos embaixadores brasileiros na Argentina e Paraguai, José Botafogo Gonçalves e Luiz Augusto de Castro Neves, respectivamente.

O Mercosul – instituído pelo Tratado de Assunção, em 26-3-91 – representa cerca de 70% do território da América do Sul, 64% de sua população e 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do continente. Possui 11,9 milhões de quilômetros quadrados e soma 210 milhões de habitantes. As exportações do bloco excedem US\$ 80 bilhões e as importações somam cerca de US\$ 95 bilhões. O Mercosul é considerado uma união aduaneira, e seu objetivo é evoluir à condição de mercado comum, inclusive com moeda única.

Unilegis oferece curso de Direito Legislativo

A Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), mantida pelo Senado Federal, inicia em 9 outubro suas atividades de ensino. Serão duas turmas de Direito Legislativo, no total de 140 alunos, que frequentarão as aulas por um ano. Esses primeiros alunos são funcionários de nível superior do Senado, da Câmara dos Deputados, do Banco Central, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

A Unilegis se destina a oferecer cursos gratuitos de pós-graduação, especialização e extensão, para funcionários do Congresso, das assembleias legislativas e das câmaras municipais. Posteriormente, pretende ter em seu corpo discente também servidores dos legislativos dos países latino-americanos e de língua portuguesa.

Conforme o vice-reitor acadêmico da Unilegis, Antônio José Barbosa, ainda neste ano o conselho superior da Universidade – presidido pelo senador Ramez Tebet – irá se reunir para definir os cursos a serem oferecidos em 2003. Eles irão durar de quatro a cinco



Agaciel Maia (C) participa da reunião do Conselho da Unilegis

semestres. Numa segunda fase, a Unilegis oferecerá cursos a distância, e algumas aulas poderão ser transmitidas pela TV Senado.

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, vice-reitor executivo da Unilegis, informou que o campus da universidade será construído às margens do Lago Paranoá, em Brasília, prevendo alojamentos para universitários de outros estados. O edifício abrigará ainda o Museu do Senado, um centro cultural (com cinema) e instalações esportivas.

A Unilegis terá uma estrutura flexível, com poucos funcionários, e os professores serão contratados especificamente para cada curso, sem que seja criado qualquer vínculo com o serviço público. No momento, a universidade está tomando as providências para que

seus cursos sejam reconhecidos pelo Ministério da Educação. Enquanto isso não ocorre, os alunos receberão diplomas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, que assinou convênio com a Unilegis com esta finalidade.

Ontem, o Conselho Universitário da Unilegis se reuniu para aprovar o detalhamento desse primeiro curso. O conselho é integrado, além dos vice-reitores Antônio Barbosa e Agaciel Maia, pelo diretor-executivo do Instituto Legislativo Brasileiro, Florian Madruga; pelo consultor-geral legislativo, Sérgio Penna; e por três representantes do corpo técnico-docente – Cláudia Lyra Nascimento, Fábio Rezende Coutinho e Eustáquio de Lacerda. O conselho será completado por três representantes dos alunos.

Fogaça defende aprovação da nova Lei de Imprensa

Relator do projeto que democratiza as relações da imprensa com a sociedade e consolida a liberdade dos meios de comunicação, o senador José Fogaça (PPS-RS) acredita que as mudanças propostas à Lei de Imprensa deverão contribuir para melhorar os padrões éticos vigentes no país.



Texto em exame contribuirá para melhorar ética no país, diz Fogaça

Passados dez anos da aprovação no Senado, a matéria ainda aguarda votação na Câmara dos Deputados.

A legislação em vigor, editada durante o regime militar, impõe “normas rígidas e penas severas” para seus transgressores, segundo Fogaça. Um dos méritos da nova proposta, conforme assinalou, é eliminar a pena de prisão para jornalistas, transformando as punições em multas com valor máximo limitado ao salário do

profissional ou ao faturamento da empresa jornalística.

Apesar de defender a “plena liberdade” na atividade dos profissionais de comunicação, Fogaça observa a necessidade de a prática não perder de vista a “total responsabilidade” pelas informações divulgadas. “Nós achamos que com isso estamos colaborando para que o direito de informação seja pleno”, declarou.

Na sua concepção, o direito de informação constitui a liberdade que a imprensa tem de informar e o direito que o cidadão tem de receber informações verdadeiras, e não notícias que explorem a privacidade de alguém de forma “gratuita e malévola”. O projeto original de reformulação da Lei de Imprensa é de autoria do jurista e então senador Josaphat Marinho.

Senado nas eleições

O Senado Federal foi instituído em 1824 com a implementação do sistema constitucional, tendo iniciado suas sessões regulares em maio de 1826 no prédio que pertencia ao Conde dos Arcos, na cidade do Rio de Janeiro. Cinquenta senadores representavam as províncias em quantidade proporcional à população.

Durante esse período, senadores eram eleitos vitaliciamente, sendo substituídos apenas quando morriam, quando renuncia-

vam ou perdiam o mandato. O cargo era privativo de brasileiros natos ou naturalizados, com no mínimo 40 anos e rendimento anual mínimo de oitocentos mil réis.

Indicados em listas tríplices, formadas por candidatos eleitos nas províncias, por meio de votação indireta e majoritária, cabia ao imperador a escolha do que ocuparia a vaga de senador. Com a proclamação da República, extinguiu-se a vitaliciedade do mandato senatorial.

Faltam 19 dias para as eleições

Recado ao leitor

A eleição para o Senado é extremamente significativa para o país e para os estados. No Senado Federal, todos os estados são iguais e têm a mesma representação. É importante que os eleitores se conscientizem de que é preciso votar em pessoas com condições de representar bem os interesses de seu estado. Além disso, é preciso exercer com plenitude seu direito ao escolher dois senadores nesta eleição. Cada eleitor poderá, então, escolher dois candidatos diferentes.

Senador Romero Jucá (PSDB-RR)

Calheiros quer punição maior para prática de "overbooking"

Conforme projeto do senador, empresa aérea que confirmar número de reservas maior que o de assentos terá de compensar o passageiro prejudicado

A prática de *overbooking* pelas companhias aéreas, caracterizada pela confirmação de um número de reservas superior ao de assentos existentes em um determinado voo, pode se tornar alvo de punições mais severas. Projeto nesse sentido foi apresentado pelo líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), e encontra-se pronto para ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com a proposta, os passageiros vítimas de *overbooking* que tenham bilhetes válidos, reservas confirmadas e se apresentado para o *check in* no prazo e nas condições previstas pela legislação aérea terão direito a receber compensação pelo transtorno. A empresa aérea deverá oferecer crédito baseado em DES (Direitos Especiais de Saque), moeda de referência fixada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), com valor oscilando entre 105 DES, para trechos inferiores a 1,1 mil quilômetros, e 175 DES, para trechos superiores a essa distância.

A critério do passageiro prejudicado, o crédito poderá ser convertido em dinheiro, em outra passagem aérea, em *up grade* para classe de bordo superior em outro voo ou em pagamento de excesso de bagagem. O projeto deixa clara a obrigatoriedade da oferta de compensação pelo trans-



Overbooking impede que o passageiro embarque, mesmo que sua reserva tenha sido confirmada pela companhia aérea

portador e a garantia do direito de escolha pelo passageiro, mesmo que haja possibilidade de acomodação do usuário nas

quatro horas seguintes ao horário do voo para o qual o bilhete foi adquirido, mas em que não houve o embarque.

Compensação valeria por um ano

O projeto do senador Renan Calheiros que prevê punição mais rigorosa para prática de *overbooking* determina que os créditos compensatórios oferecidos pela companhia aérea terão validade de um ano, a contar da data de emissão, e valores expressos em dólar americano, no caso de voos internacionais, ou em real, no caso de voos domésticos. Também está previsto que a companhia aérea arcará com despesas de alimentação, hospedagem e traslado do passageiro, gastos que não deverão estar incluídos no valor do ressarcimento.

A legislação proposta faculta à empresa buscar passageiros voluntários que se predisponham a ceder seu lugar e aceitar a acomodação em outros voos, garantida a mesma oferta dos créditos compensatórios previstos. O passageiro não acomodado manterá o direito à utilização do seu bilhete, mesmo que tenha aceito o valor ofertado a título de compensação. Em caso de recusa de ressarcimento, terão prioridade no embarque menores de 18 anos desacompanhados, maiores de 65 anos, gestantes e portadores de deficiência.

Acordo entre empresas visa proteger passageiro

As principais empresas aéreas firmaram termo de compromisso, aprovado pelo Departamento de Aviação Civil (DAC), com o objetivo de eliminar as consequências decorrentes do *overbooking*. O plano está em vigor desde dezembro de 1998 e estabelece:

■ as empresas são obrigadas a acomodar o passageiro em outro voo, da própria empresa ou de outra, dentro de um prazo de quatro horas. O passageiro terá direito também a um crédito compensatório de R\$ 126,00 (para trechos de até 1,1 mil quilômetros) ou R\$ 210,00 (para trechos superiores a 1,1 mil quilômetros), que poderão ser

substituídos por passagens ou outros benefícios de comum acordo com o passageiro.

■ se o passageiro aceitar viajar em outro voo no mesmo dia ou no dia seguinte, a empresa tem de lhe proporcionar benefícios como refeições, telefonemas, transporte de e para o aeroporto e acomodação, se for o caso, e crédito compensatório de R\$ 252,00 (para trechos de até 1,1 mil quilômetros) ou R\$ 420,00 (para trechos superiores a 1,1 mil quilômetros) que poderão ser substituídos por passagens ou outros benefícios de comum acordo com o passageiro.

Fonte: DAC

Célio Azevedo



Habeas corpus converteu-se em escudo dos criminosos, diz Carlos Bezerra

Bezerra: reincidente não deve ter direito a "habeas corpus"

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar ainda este ano, em decisão terminativa, projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que veda a concessão de *habeas corpus* a criminosos reincidentes. O *habeas corpus* é um instituto jurídico que garante o direito de ir e vir, e é concedido sempre que alguém sofre ou se sente ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.

Segundo o senador Carlos Bezerra, o instituto jurídico converteu-se em escudo dos criminosos, "permitindo que delinquentes reincidentes sejam colocados nas

ruas para cometer novos crimes".

Apesar de reconhecer que o *habeas corpus* é um dos mais importantes mecanismos de defesa do cidadão "contra a prepotência do Estado", Carlos Bezerra considera que a concessão a criminosos reincidentes em nada contribui para o combate ao crime e à defesa da sociedade.

— É preciso manter nas prisões quem nelas deve ficar — observou Carlos Bezerra, ao defender a aprovação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça. Caso seja aprovada, a proposta segue para análise da Câmara dos Deputados, desde que não haja recurso para que seja votada pelo Plenário do Senado.

Há poucos farmacêuticos nos quadros do SUS, alerta Mauro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) apresentou no dia 8 de agosto requerimento pedindo informações sobre as providências que o Ministério da Saúde vem tomando em relação à insuficiência de farmacêuticos nos quadros do Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo informou o parlamentar, em várias unidades do SUS a função dos farmacêuticos — responsáveis pela gestão de medicamentos e pela assistência farmacêutica — tem ficado nas mãos de outros profissionais. Mauro Miranda afirmou que tal

situação configura exercício ilegal da profissão de farmacêutico e apresenta riscos para a saúde da população.

O senador destacou que programas prioritários do governo, como o Saúde da Família, não incluem a presença de farmacêutico. De acordo com Mauro Miranda, a contratação desse profissional não está prevista nos parâmetros de produtividade de recursos humanos na área de ambulatório adotados pelo Ministério da Saúde. "Isso é inaceitável", disse o senador.



Célio Azevedo

Segundo Mauro Miranda, função está sendo praticada por outros profissionais